

Revista Brasileira de Ciências Humanas

Data de aceite: 28/10/2025

ENTRE A GUERRA E A REVOLUÇÃO: O IMPACTO DA SEGUNDA GUERRA SINO-JAPONESA NA ASCENSÃO CHINESA

Roberta Heloisa Bueno

Centro Universitário Belas Artes

São Paulo – SP

<http://lattes.cnpq.br/7172100808966487>

Tatiana Machado Boulhosa

Centro Universitário Belas Artes

São Paulo – SP

<http://lattes.cnpq.br/7244262875865264>



Todo o conteúdo desta revista está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

RESUMO: A Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937–1945) constituiu um dos episódios mais violentos e decisivos do século XX, deixando marcas profundas na configuração política e social da Ásia. Mais do que um conflito regional, representou um ponto de inflexão na formação da República Popular da China e na consolidação de seu papel como potência global emergente. Este estudo propõe uma análise dos impactos econômicos, políticos e sociais da guerra no processo de desenvolvimento chinês, com especial atenção à ascensão do Partido Comunista e às transformações estruturais que se seguiram ao fim do conflito. Amparada em um referencial teórico interdisciplinar — que articula história, economia, política e relações internacionais —, a pesquisa busca compreender de que forma a experiência da guerra moldou o projeto nacional chinês e contribuiu para o reposicionamento do país no sistema internacional ao longo do século XX e início do XXI.

PALAVRAS CHAVE: Segunda Guerra Sino-Japonesa, Ascensão da China, Política internacional, Desenvolvimento histórico, relações asiáticas

ABSTRACT: The Second Sino-Japanese War (1937–1945) was one of the most violent and decisive episodes of the twentieth century, leaving a profound legacy on the political and social landscape of Asia. More than a regional conflict, it marked a turning point in the formation of the People's Republic of China and in the consolidation of its role as an emerging global power. This study analyzes the economic, political, and social impacts of the war on China's development process, with particular attention to the rise of the Communist Party and the structural transformations that followed the end of the conflict. Supported by an interdisciplinary theoretical framework—integrating history, economics, politics, and international relations—the research seeks to

understand how the experience of war shaped China's national project and contributed to the country's repositioning in the international system throughout the twentieth and early twenty-first centuries.

KEYWORDS: Second Sino-Japanese War, Rise of China, International Politics, Historical Development, Asian Relations

A Segunda Guerra Sino-Japonesa teve impactos significativos na consolidação do poder político da China, influenciando sua ascensão como potência mundial. Durante a guerra, o Partido Comunista Chinês (PCCh) desempenhou papel fundamental na resistência contra a ocupação japonesa, o que aumentou sua influência e popularidade entre o povo chinês e contribuiu para que, anos depois, ele vencesse a Guerra Civil e, em 1949, estabelecesse República Popular da China. Analisar esta guerra nos permite, então, entender raízes dessa força política ímpar, bem como contribui para a discussão acerca das relações sino-japonesas e da dinâmica geopolítica da Ásia-Pacífico até hoje.

Durante o século XIX, a China enfrentou diversos desafios políticos, econômicos e sociais. Nesse período, eclodiram uma série de rebeliões domésticas, como a Rebelião Nian (1851-1864) e a Rebelião Taiping (1850-1864). Além disso, houve muitos desafios internacionais. As pressões das potências europeias e da Rússia se fazia sentir, na China, desde o começo do século XIX. Contudo, particularmente depois da Guerra do Ópio (1839-1860), essas pressões se tornaram mais significativas. Ainda que não houvesse, por parte dessas potências europeias ou da Rússia, intenção de instaurar na China um regime colonial, vimos uma série de eventos ligados à perda de territórios, que culminaram no que a historiografia chinesa chama de um “século de humilhação”, bem como o confronto entre diferentes facções políticas, a favor e contra

maior autonomia dos estrangeiros em território chinês. Tivemos, inclusive, conflitos dentro da família imperial, com episódios de trocos usurpados e cisões políticas significativas. A unidade territorial e política se manteve a duras penas.

Se Europa e Rússia não incentivaram o fim do Império Chinês e pretendiam apenas ganhar espaço territorial, econômico e político dentro da ordem vigente, o Japão, por outro lado, não tinha interesse na sobrevivência das antigas instituições chinesas e deixou isso claro quando, em seu ímpeto imperialista, começou a ocupar porções significativas no leste do país e a contribuir para o processo de construção de Pequim como o centro de uma nova ordem internacional leste-asiática, sob domínio ideológico e econômico do Império do Sol Nascente (Pereira, 2013).

Foi durante o período da História do Japão conhecido como Restauração Meiji (1868-1889) que se exarcebou o desejo político de dominar a tecnologia ocidental a fim de desenvolver estratégias para ampliar cada vez mais suas fronteiras. Assim, o país abriu as portas para um progresso econômico acelerado e para a estruturação de um pesado aparato militar. Não demorou para que seus interesses se chocassem com os interesses chineses na região.

A tensão na relação escalou e vimos alguns confrontos diretos quando a China apoiou a Península da Coreia em sua tentativa de se manter independente do Japão. (Primeira Guerra Sino-Japonesa). Outra região em que a animosidade entre a China e o Japão ficou clara foi a Manchúria, parte do território chinês também cobiçada por japoneses e russos. A China optou por colocar uma potência contra a outra. A estratégia pareceu dar certo por algum tempo, mas, em 1905, quando o Japão saiu vencedor do confronto, reclamou para si controle de parte da região.

Outro evento importante do período foi a Revolta dos Boxers, um violento levante nacional. Os boxers eram um importante grupo local que praticava um misticismo antigo e alegava ter imunidade mágica às balas estrangeiras. Eles se insurgiram contra os estrangeiros e seus símbolos de uma nova ordem, atacando diplomatas, cristãos chineses, estradas de ferro, linhas telegráficas e escolas ocidentais. A revolta culminou no cerco das embaixadas estrangeiras em Pequim em 1900. Como resultado, uma força expedicionária de oito países chegou à capital para suprimir os boxers e impor um tratado desigual que concedeu mais direitos de ocupação às potências estrangeiras (Pereira, 2013).

As perdas sofridas pela China aumentaram o descontentamento interno para com a Dinastia Qing que, eventualmente não resistiu ao enfraquecimento sistemático e, em 1912, foi derrubada pelas forças republicanas, traduzidas no Partido Nacionalista. A queda do Império, porém, não significou a unificação imediata e o país permaneceu mergulhado em rivalidades internas que criaram um vácuo de poder que impediu Pequim de impor imediatamente um governo direto sobre as províncias. Por conta das fragilidades do Estado chinês e da falta de instituições funcionais, o novo governo central se estabeleceu sobre uma cadeia de lealdades pessoais envolvendo os mais de 1.300 Senhores da Guerra, líderes militares regionais que assumiram o efetivo controle de diferentes áreas do país (Paine, 2012). Foi também nessa época em que tivemos a fundação do Partido Comunista Chinês (PCCh) (1921), que passou, aos poucos, a se configurar como alternativa ao governo nacionalista (Kissinger, 2011).

Sem uma autoridade central amplamente aceita, a China encontrava dificuldades em conduzir sua diplomacia tradicional. No final da década de 1920, em Pequim, o Partido Nacionalista, liderado por Jiang Jieshi, afirmava

ter controle sobre todo o antigo Império Qing e se apresentava como o Estado Chinês, mas na prática, as fronteiras tradicionais eram frequentemente contestadas e, como dissemos, outras forças políticas exerciam influência e autoridade real em maior ou menor proporção. Ao menos, com o final da Primeira Guerra Mundial, a China ganhou uma “folga” de alguns interesses internacionais. Isso porque as potências ocidentais estavam enfraquecidas e a Rússia estava envolvida em sua própria revolução interna. Então, entre os antigos concorrentes pelo domínio direto ou indireto da China, apenas o Japão permanecia como ameaça à independência.

A Paz de Paris (1919 – 1920) resultou em descontentamento nas delegações asiáticas. Na China, desencadeou o Movimento Quatro de Maio, marcado por protestos contra o reconhecimento do tratado e levou, em última instância, à formação do PCCh. Para o Japão, apesar do reconhecimento de seu mandato em certas regiões, o tratado teve gosto amargo porque as potências ocidentais não aceitaram olhar para o arquipélago a partir da ideia da igualdade racial. Além disso, a Paz de Paris manteve a divisão da Ásia em zonas de influência, desafiando a política expansionista japonesa (Magno, 2015).

Após ascender ao espaço das grandes potências e ganhar mais liberdade na política externa, o Japão passou a enfrentar um dilema complexo: por um lado, defendia a nova ordem pós-grande-guerra, baseada em negociações *ad-hoc* em detrimento da construção de regimes pela Liga das Nações, no anticomunismo e na contenção da hegemonia econômica britânica e estadunidense. Por outro, buscava expandir sua influência econômica pela Ásia para garantir a sobrevivência de sua economia, fortemente dependente da importação de insumos, especialmente da China (Togo, 2005).

Foi nesse contexto que aconteceu o ataque japonês à Manchúria. Em 1905, com o Tratado de Portsmouth, o Japão ganhara da Rússia seus arrendamentos no sul da Manchúria (incluindo as cidades de Port Arthur e Talien), bem como a ferrovia da Manchúria do Sul; a presença japonesa na região era significativa, mas o domínio ainda não era absoluto. Isso tudo mudou em 18 de setembro de 1931, quando as forças japonesas, em uma operação posteriormente revelada como ato de agressão premeditado, explodiram uma seção da linha férrea controlada pelo Japão na Manchúria do Sul, perto da cidade de Mukden (atual Shenyang). A explosão, inicialmente atribuída pelos japoneses a sabotadores chineses, forjaou um pretexto artificial para a invasão e a ocupação japonesa efetiva da Manchúria, onde foi criado um estado-fantoches chamado Manchukuo, liderado por Pu Yi, último imperador da China da Dinastia Qing. O Japão, agora ocupando uma posição de conquistador, enfrentou desafios significativos, tanto dentro da China quando na Sociedade Interancional. Gradualmente, alguns países europeus, bem como os Estados Unidos, começaram a se opor ao seu expansionismo (Kissinger, 2011).

A ocupação japonesa da Manchúria marcou o início do envolvimento japonês em uma guerra prolongada contra a China, que eventualmente se transformaria na Segunda Guerra Sino-Japonesa, iniciada em 7 de julho de 1937, com o Incidente da Ponte Marco Polo, em Pequim. Durante o mês de julho, ocorreram várias pequenas escaramuças nos arredores da cidade. No dia 8 de julho, os chineses enviaram 75 mil homens de seu 29º Exército. Enquanto isso, os japoneses, que já possuíam uma brigada do Exército de Guarnição da China com cerca de 5.600 homens, enviaram reforços e, no final de julho, já reuniam um contingente de 210 mil combatentes na região norte da China (Satoshi; Drea, 2011).

Em 12 de julho, Jiang Jieshi ordenou que o 29º Exército se posicionasse ao longo do rio Yongding, entre as duas principais ferrovias que partiam de Pequim, para resistir à possível agressão japonesa. Ele próprio partiu para Lushan com outras 150 lideranças chinesas para discutir os próximos passos. Em 18 de julho, o presidente emitiu a Declaração de Guling, resultado das deliberações de Lushan, declarando a determinação da China em defender sua integridade territorial e soberania nacional. Embora estivesse preparada para a guerra, a China buscava uma resolução pacífica para evitar um conflito aberto (Wilson, 1983). Apesar da declaração pública chinesa, os japoneses ainda duvidavam da possibilidade de uma guerra prolongada. Eles acreditavam que uma demonstração de força levaria os chineses a ceder às suas exigências, como ocorreu em incidentes anteriores. Além disso, confiavam em sua doutrina militar, acreditando que poderiam resolver rapidamente qualquer escalada do conflito, aniquilando as forças chinesas em batalhas decisivas. Os japoneses baseavam sua confiança não apenas na superioridade moral e racial percebida, mas também em sua superioridade tecnológica, especialmente em termos de força aérea e marinha (Satoshi; Drea, 2011).

Este incidente foi seguido por uma série de confrontos entre as forças japonesas e chinesas, que se intensificaram com a invasão japonesa de Xangai em agosto de 1937. O assassinato de um oficial japonês em 9 de agosto serviu como pretexto para o início do conflito (Wilson, 1983). Xangai, apelidada de “Rainha do Oriente”, era a maior cidade da China e a segunda maior da Ásia na época, com 3,5 milhões de habitantes em 1937. Situada na foz do rio Yangtze, era o principal porto comercial do país e servia como ponto de contato com o resto do mundo. Mais de 70 mil civis estrangeiros de 48 nacionalidades diferentes residiam na cidade, incluindo russos, britâni-

cos e estadunidenses (Harmens, 2013). A cidade era uma zona demilitarizada e, da parte chinesa, havia apenas uma divisão militar responsável pela manutenção da paz lá alocada; da parte japonesa, havia uma pequena frota da marinha, mas, de maneira geral, respeitava-se a neutralidade.

Atrair os japoneses para o combate em Xangai fazia parte do planejamento de guerra chinês. Desde 1934, o governo nacionalista vinha secretamente construindo obras de defesa na cidade e infiltrando combatentes entre as forças de preservação da paz (Yang, 2011). Em 14 de agosto, o general Zhang Zhizhong recebeu ordens diretas de Jiang Jieshi para iniciar uma ofensiva geral, enquanto a Força Aérea Nacionalista iniciava um bombardeio contra a 3ª Frota japonesa, estacionada em Xangai. Na primeira etapa do conflito a batalha se desenrolou rua por rua, com o objetivo de empurrar as forças japonesas em direção ao rio Huangpu. Apesar dos chineses terem conseguido acertar com sucesso as forças da marinha japonesa, as operações no norte da China continuavam se expandindo (Yang, 2011).

Além do bombardeio da 3ª Frota, com as lutas em Xangai, Jiang Jieshi conseguiu abrir uma nova frente na guerra e atrair o principal esforço japonês para a China Central, esticando o conflito, que se iniciara no norte do país. De fato, os nacionalistas estabeleceram sua estratégia de resistência baseada na guerra prolongada, preparando-se para atrair os japoneses para o interior do continente por tempo indeterminado, até que se cansassem. No entanto, houve também reveses na campanha. Além das pesadas baixas esperadas - 187 mil de acordo com registros oficiais da época -, estima-se que 60% do efetivo das Divisões Reorganizadas, fundamentais nas forças modernizadas do Exército Nacionalista e leais a Jiang Jieshi, tenha sido perdido, incluindo 10 mil dos oficiais chineses estrategicamente

mais importantes. Também houve perda de grande parte do equipamento, devido a uma retirada desorganizada. Além disso, a Força Aérea chinesa praticamente foi aniquilada (Wilson, 1983).

Um dos objetivos políticos da campanha de Xangai era chamar a atenção internacional para a agressão japonesa e garantir o apoio das potências ocidentais. Jiang Jieshi esperava aproveitar a reunião extraordinária da Liga das Nações que ocorreria em outubro daquele ano para abordar a questão. Com o objetivo de fortalecer sua posição de negociação, Jiang Jieshi ordenou a resistência e a manutenção das posições a qualquer custo. De sua parte, os japoneses intensificaram suas ofensivas e o envio de tropas durante esse período, buscando chegar à reunião em uma posição de vantagem e forçar os chineses a negociar o fim da guerra. A reunião ocorreu apenas em 30 de outubro, quando os chineses já estavam na última linha defensiva da cidade em Suzhou, tendo sofrido pesadas baixas e comprometido a manutenção da linha de comando e a possibilidade de realizar uma retirada organizada. Este último ponto era essencial para preservar o núcleo das forças modernizadas chinesas e como um objetivo fundamental da estratégia e do conceito operacional adotados. A preservação das forças negava aos japoneses seu principal objetivo de destruir as forças chinesas por meio de uma batalha rápida e decisiva, além de ser crucial para aumentar o desgaste do inimigo e forçá-lo a uma perseguição que estendia suas linhas de comunicação (Van de Ven, 2003).

A guerra se espalhou por toda a China, com batalhas em várias frentes. Os japoneses tentaram isolar a China do resto do mundo, bloqueando seus portos e cortando suas rotas de suprimentos. Os chineses, por sua vez, adotaram uma estratégia de guerrilha, dificultando o avanço japonês. Em dezembro de 1937, aconteceu um dos episódios mais sangrentos da

história: o Massacre de Nanquim. Estima-se que na conquista japonesa tenham morrido pelo menos 300.000 pessoas em um período de seis semanas. Além disso, registram-se as atrocidades que incluem estupros em massa, assassinatos, mutilações e outras formas de violência (Paine, 2012).

Nos anos seguintes, a guerra continuou. Em setembro de 1939, ocorreu a Primeira Batalha de Changsha, quando as forças japonesas tentaram capturar a cidade. Os japoneses lançaram um ataque em grande escala, mas foram repelidos pelos chineses em um embate que durou mais de um mês. A vitória chinesa foi importante porque mostrou que as forças japonesas não eram invencíveis e que a China era capaz de resistir à agressão. Além disso, o confronto forçou os japoneses a mudar sua estratégia de guerra, passando a adotar táticas de cerco e destruição de fortificações em vez de ataques frontais. Como Tuchman (2012) observou:

Fundamentalmente, o motivo que induziu o Japão a correr tamanho risco foi o da escolha entre seguir avante com seu projeto ou recolher-se ao *status quo*, uma tônica em tudo contrária ao desejo de todos, que ninguém tinha ânimo em defender. As pressões de seu exército de agressão operando na China, juntamente com os agressores que tinham ficado em casa, levaram o Japão a aspirar por um império impossível, ideia da qual não podia mais se libertar. Torna-se prisioneiro de ambições desmesuradas (Tuchman, 2012, p. 48-49).

Em 1941, a Segunda Guerra Sino-Japonesa tornou-se parte da Segunda Guerra Mundial quando, após descartar a opção de atacar a União Soviética, o Japão optou pela expansão ao sul. Com a autorização da França de Vichy, tropas japonesas ocuparam metade da Indochina Francesa, utilizando este território e Taiwan como bases para operações no sudeste asiático. No mesmo ano, os Estados Unidos congelaram todos os ativos japoneses no país

e, em setembro, impuseram um embargo total à venda de petróleo (Kershaw, 2007). Apesar disso, não era evidente que a guerra entre Japão e Estados Unidos era inevitável: ambos os lados tentaram negociações, mas com o tempo, as demandas se tornaram irreconciliáveis. Como argumenta Record (2009, p. 57):

Se não tivesse havido os ataques a Pearl Harbor e às Filipinas, Roosevelt teria enfrentado imensas dificuldades, possivelmente até a impossibilidade, de persuadir o eleitorado americano a entrar em guerra contra o Japão. Os japoneses, por sua vez, poderiam ter buscado recursos no restante do Sudeste Asiático sem incitar a hostilidade armada dos Estados Unidos. Contudo, ao término do verão de 1941, a maioria dos líderes japoneses passou a encarar a guerra contra os Estados Unidos como inevitável.

Naquele momento, a China se tornou um dos principais aliados dos Estados Unidos na Ásia. A guerra continuou até 1945, quando a rendição japonesa em 15 de agosto, após os ataques a Hiroshima e Nagasakim, pôs fim à participação japonesa na Segunda Guerra Mundial e, por consequência, também ao seu engajamento na alteração com a China. A Segunda Guerra Sino-Japonesa foi um dos conflitos mais sangrentos da história da China, com milhões de mortos e feridos e deslocamentos forçados e teve um impacto significativo na população civil. O resultado da guerra foi a derrota do Japão e um impacto duradouro em suas relações com a China, que são marcadas por tensões e disputas territoriais.

Além disso, não podemos esquecer que outra consequência dessa guerra foi o enfraquecimento da hegemonia do discurso nacionalista e o fortalecimento, por sua vez, do PCCh. As duas forças, que vinham se opondo desde 1922, estabeleceram uma trégua entre 1931 e 1945, mas não deixaram de, nos bastidores, costurar alianças e simpatias, que foram retomadas e reforçadas depois do fim da

guerra e que levaram à eclosão da Guerra Civil na China, que chegaria ao fim apenas em 1949.

Com a rendição japonesa em 1945, a China, que estava devastada e dividida, assistiu a nacionalistas e comunistas lutarem pela autoridade central. Além disso, os vencedores da Segunda Guerra Mundial, especialmente a URSS e os EUA, também passaram a interferir em maior ou menor grau na região, buscando atrelar seus interesses à diminuição dos conflitos internos.

Osvaldo Coggiola, em seu livro *A Revolução Chinesa* (1985), nos conta sobre como a União Soviética adotou uma postura ambígua em relação à China, reconhecendo o governo nacionalista enquanto fornecia armas para o PCCh. Além disso, implantou uma força militar no nordeste da China, reacendendo suas antigas pretensões coloniais. Do outro lado da Guerra Fria, a opinião pública nos Estados Unidos tendia a simpatizar com Jiang Jieshi como um aliado durante a guerra. No entanto, Jiang Jieshi governava um país já fragilizado pela ocupação estrangeira, o que complicou sua autoridade. A China era uma das “Cinco Grandes” encarregadas de organizar o mundo pós-guerra, com poder de veto no Conselho de Segurança da ONU, embora apenas os Estados Unidos e a União Soviética possuíam recursos para liderar tal missão.

Apesar dos esforços de Washington para promover uma coalizão entre nacionalistas e comunistas sob comando do Partido Nacionalista, a retomada da Guerra Civil foi inevitável. Enquanto as forças nacionalistas buscavam controlar as cidades, os guerrilheiros comunistas se espalhavam pelo campo, utilizando estratégias típicas de guerrilha. Diante dos apelos por intervenção americana em apoio aos nacionalistas, o presidente Harry Truman enviou o general George Marshall à China, onde passou um ano tentando persuadir ambos os lados a cooperarem. Durante

esse período, a posição militar dos nacionalistas desmoronou, levando à sua derrota pelos comunistas no continente. Em 1949, as tropas nacionalistas se retiraram para Taiwan, levando consigo seu aparato militar, classe política e parte da autoridade nacional, incluindo tesouros culturais do Palácio Imperial. Declararam Taipei como a nova capital da República da China e afirmaram a intenção de eventualmente retornar ao continente, mantendo sua posição no Conselho de Segurança da ONU (Kissinger, 2011).

A China continental, por sua vez, se unificou sob a recém-proclamada República Popular da China. Os líderes comunistas embarcaram em uma nova era, representando uma dinastia estruturalmente diferente e uma ideologia inédita na história chinesa. Estrategicamente, a China comunista compartilhava fronteiras com várias nações vizinhas, enfrentando desafios semelhantes aos de seus predecessores históricos. Além disso, os novos líderes enfrentavam a crescente influência dos Estados Unidos na Ásia. Nesse cenário, o equilíbrio entre a experiência do passado e as demandas do futuro tornou-se crucial, especialmente para Mao Zedong, líder do PCCh que, em 1º de outubro de 1949, proclamou a fundação da República Popular da China na Praça Tiananmen, em Pequim, consolidando o domínio comunista sobre o continente chinês (Coggiola, 1985).

Externamente, a China precisou equilibrar sua relação com a União Soviética e os Estados Unidos, que como líderes da oposição ao comunismo durante a Guerra Fria, observaram com apreensão o surgimento da República Popular da China e buscaram conter sua influência na região. Isso levou a conflitos e tensões, como a Guerra da Coreia, na qual a China comunista interveio em apoio à Coreia do Norte contra as forças apoiadas pelos EUA. Internamente, Mao Zedong implementou políticas radicais visando acelerar

o desenvolvimento econômico e social do país. O primeiro Plano Quinquenal, um plano econômico estatal, lançado em 1953, foi uma tentativa de avançar rapidamente na industrialização. Grandes investimentos foram feitos em indústrias pesadas e infraestrutura, impulsionando o crescimento econômico. No entanto, políticas como o Grande Salto para Frente e a Revolução Cultural resultaram em catástrofes humanitárias e instabilidade política, com milhões de mortes e deslocamentos. Entre os anos de 1956 e 1976, houve uma rápida e profunda transformação socialista da propriedade privada e das relações de trabalho, resultando em uma instabilidade econômica e social que culminou em um cenário de miséria generalizada para grande parte da população (Pomar, 2013). Os anos de miséria na China representaram um período sombrio e desafiador na história do país. Marcado por políticas radicais e experimentos sociais, essa época foi caracterizada por uma série de eventos que resultaram em sofrimento humano generalizado, instabilidade econômica e social, bem como em profundas consequências políticas.

Já em 1957, as mudanças engenderadas nessa época eram notáveis, com a redução significativa da participação da economia capitalista de 7% para zero, enquanto a economia individual diminuía de 72% para 7%. Paralelamente, a participação da economia estatal cresceu de 19% para 32%, enquanto a economia coletiva ou cooperativa expandiu de 1,5% para 53% e a participação mista estatal-privada aumentou de 0,7% para 8% (Pomar, 2013). No VIII Congresso do PCCh, realizado em 1956, foi adotado o caminho das formas públicas de propriedade como o meio de construir o socialismo. Os comunistas concordaram com Mao sobre as dificuldades na construção do socialismo decorrentes de desvios no tratamento das contradições internas da sociedade, bem como da subutilização da capacidade técnica e científica dos intelectuais.

Nesse contexto, a burguesia, especialmente a burguesia “compradora” que intermediava o comércio com a Europa, já havia sido domesticada ou exilada, não representando mais uma força significativa na economia chinesa. Até por volta de 1962, restava apenas uma pequena burguesia de negócios, sem grande influência ou poder econômico. No entanto, essa rápida transformação socialista não foi acompanhada pela criação necessária de novos empregos. Embora postos de trabalho tenham sido criados, o ritmo não foi suficiente para atender às demandas de uma economia em busca de pleno emprego (Roberts, 2012).

Apesar da tentativa de manter uma posição não alinhada, a China se viu compelida a buscar ajuda da União Soviética. Em dezembro de 1949, Mao realizou sua primeira viagem internacional como presidente à URSS, negociando um novo tratado assinado em fevereiro de 1950, conhecido como Tratado Sino-Soviético de Amizade, Aliança e Assistência Mútua. Internamente, a China focou em reformas e na reconstrução econômica, priorizando o desenvolvimento da indústria pesada com investimentos da URSS, que facilitou a transferência de tecnologia, aprovando 281 projetos industriais, aumentando a dívida chinesa (Roberts, 2012). Essa proximidade, contudo, não se manteve constante.

Em 1956, o mundo assistiu ao início do afastamento entre a China e a URSS, quando Nikita Khrushchev ascendeu ao poder. Khrushchev prometeu a “desestalinização” e a coexistência pacífica com os EUA e o mundo capitalista, o que preocupou Mao, que temia pela legitimidade do PCCh. Cabe dizer que, na China, a prática da coexistência pacífica era uma realidade, desde que os chineses enfrentaram a chantagem nuclear dos EUA em 1954 e, principalmente, com o fim da Guerra da Coreia. Não obstante, dada a rivalidade com os EUA, a China não se sentia confiável em tornar a prática um discurso oficial, porquan-

to isso implicaria em confiar em um aliado disposto a evitar conflitos com seu principal inimigo. Internamente, líderes do PCCh buscavam maior proximidade com intelectuais para evitar o isolamento do partido e atrair talentos para o desenvolvimento nacional (Roberts, 2012).

Foi nesse contexto que Mao lançou a Campanha das Cem Flores (“desabrochem cem flores, disputem cem escolas de pensamento”), visando combater críticas e opiniões divergentes, além de incentivar os intelectuais a dedicarem suas energias à construção socialista. No entanto, a campanha teve curta duração, de apenas um mês (de 8 de maio a 8 de junho de 1957), devido a múltiplos descontentamentos que surgiram, incluindo greves operárias, abandono de cooperativas, manifestações estudantis e de intelectuais, críticas aos rumos do socialismo e ações de sabotadores e antissocialistas, que foram reprimidos com rigor. Posteriormente, as “Cem Flores” foram substituídas por um amplo movimento de retificação interna do PCCh, direcionado contra o burocratismo, sectarismo e subjetivismo. Este movimento resultou na redução do número de empresas subordinadas ao governo central, de 9.300 para 1.200, na flexibilização do controle econômico, com a redução de itens controlados de 532 para 132, e no aumento do orçamento nacional para obras locais, que subiu de 10% para 50% (Pomar, 2013).

O Segundo Plano Quinquenal, conhecido como o Grande Salto Adiante, refletia a visão de Mao de que a China, com sua experiência revolucionária de três décadas, poderia seguir um curso autônomo em relação à União Soviética, adaptado às realidades chinesas. O Grande Salto Adiante focava na mobilização maciça da mão de obra agrícola para o setor industrial, criando comunas industriais rurais, com o objetivo de aumentar de forma drástica a produção nacional de ferro e aço.

Inicialmente, o plano mostrou indicadores positivos na produção de ferro e aço, levando o governo a aumentar as metas. No entanto, metas cada vez mais ambiciosas e o ambiente político tenso levaram a manipulação dos indicadores, resultando em consequências desastrosas: queda na produção de grãos, jornadas de trabalho desumanas e uma estimativa de 16 a 27 milhões de mortos entre 1958 e 1961 (Kissinger, 2011).

A partir de 1959, quando os resultados do Grande Salto Adiante começaram a perecer, as críticas a Mao se intensificaram, visto como responsável pela execução e formulação do programa. Desta maneira, Zedong foi aos poucos perdendo força política, até ser substituído por Liu Shaoqi.

Após esse período, o Grande Salto Adiante foi revertido internamente com o restabelecimento da mão de obra agrícola, e a economia nacional começou a mostrar sinais de recuperação. Liu Shaoqi permaneceu como presidente, enquanto Mao Zedong, ainda à frente da Comissão Militar do Partido, se afastava das atividades diárias do governo, mas ocasionalmente expressava sérias críticas ao partido, denunciando a corrupção e apontando um “distanciamento entre o PCCh e o povo” (Roberts, 2012).

Mais tarde, surgiram três grupos alinhados com a posição maoísta a partir de 1964, contribuindo para uma mudança no cenário político chinês: segmentos descontentes da sociedade, especialmente a juventude urbana, intelectuais e artistas liderados pela esposa de Mao, Jiang Qing, e uma facção das forças armadas. Esses elementos deram início à Revolução Cultural, que visava atacar diretamente a ordem e as instituições, incluindo o próprio partido, considerados corruptos. O resultado imediato foi o retorno de Mao ao centro do poder na China. (Harding, 1991). A Revolução Cultural se encerrou com a morte de Mao e a prisão do “Bando dos Quatro”, que era for-

mado pela esposa de Mao, Zhang Chunqiao, político comunista, e Wang Hongwen, o mais jovem do grupo.

A queda do “Bando dos Quatro” abriu caminho para o retorno dos reformistas ao poder, liderados por Deng Xiaoping. Após reassumir seu posto no Comitê Permanente em 1977, Deng consolidou sua influência no processo decisório e iniciou uma profunda mudança de direção. Politicamente, lançou uma campanha de retificação, gradualmente alterando a posição oficial do partido em relação à Revolução Cultural, culminando no julgamento do “Bando dos Quatro” (Mezzetti, 2000).

A China então implementou uma política externa que era ao mesmo tempo antissoviética e voltada para a aproximação com países desenvolvidos, com o objetivo de atrair investimentos e tecnologia. Em 1978, a República Popular China assinou um tratado de paz com o Japão e, no ano seguinte, com os EUA (e.g. Treaty, 1978). Ambos os tratados incluíam uma cláusula “anti-hegemônica”, em que os signatários se comprometiam a evitar o estabelecimento de uma hegemonia regional e a se opor a qualquer potência que tentasse fazê-lo. No tratado com o Japão, as questões de Taiwan e das ilhas Diaoyu/Senkaku, que posteriormente causariam tensões nas relações bilaterais, foram deixadas de lado.

Em 1979, foi promulgada uma nova lei eleitoral, estabelecendo eleições diretas para congressos locais com mais candidatos do que vagas, e permitindo candidaturas de fora do PCCh (Womack, 1982). As primeiras eleições locais foram realizadas em 1980.

Em 1985, Deng Xiaoping criou um comitê consultivo e se demitiu dos cargos executivos, exceto da Comissão Militar do Partido, forçando a velha guarda do partido, composta em grande parte por opositores das reformas, a fazer o mesmo (Roberts, 2012). O governo chinês decidiu, então, promover uma rees-

truturação gradual da economia, permitindo aquisições de propriedades privadas, o surgimento de um setor empresarial privado, a liberalização do comércio e alguma abertura ao exterior através da importação de maquinário e tecnologia, além da atração de investimentos estrangeiros. Tudo isso foi feito sem abandonar o planejamento e a regulação estatal.

No setor industrial, o plano era duplicar a produção de carvão, com a criação de oito novas minas, e aumentar a produção de aço, inicialmente através de parcerias com a Alemanha e o Japão. Além disso, o plano incluía a abertura de *joint ventures* em Zonas Econômicas Especiais, áreas designadas para atrair investimentos estrangeiros, oferecendo benefícios fiscais, infraestrutura desenvolvida e regulamentações flexíveis para promover o crescimento econômico e a inovação. Esse processo era apoiado por medidas para expandir a força de trabalho qualificada, dado o déficit científico-tecnológico necessário para implementar as reformas.

Durante a década de 1980, a China fez acordos com o Reino Unido e com Portugal, que se comprometeram a devolver Hong Kong (1997) e Macau (1999). A política também tinha como objetivo integrar as economias dessas regiões à da China Continental, através do aumento do comércio e da atração de investimentos. Em 1981, o governo de Deng Xiaoping prometeu não usar a força para retomar Taiwan, propondo a soberania de Pequim sobre defesa e relações exteriores; não obstante, Taiwan recusou a proposta (Declaração, 1987; Joint, 1984).

A Constituição chinesa de 1982 introduziu mudanças nas relações com territórios chineses não controlados pelo governo comunista, lançando a política de “Um país, dois sistemas” através do artigo 31, permitindo a criação de Regiões Administrativas Especiais, que se diferem das Zonas Especiais porque, são territórios com sistemas políticos e econômi-

cos distintos, mantendo uma alta autonomia sob a soberania chinesa, com leis próprias, liberdades e políticas econômicas específicas. Essa política visava convencer Taiwan a reconhecer a soberania de Pequim em defesa e relações exteriores, enquanto mantinha seus sistemas político e econômico.

Embora as reformas tenham promovido avanços econômicos, surgiram desafios, como a dificuldade de financiamento, que consumia uma grande parte do PIB, e a incapacidade de transformar o setor de ciência e tecnologia. Essas dificuldades limitaram o progresso das reformas e tiveram impactos políticos e sociais. Além disso, cabe destacar que a migração massiva de trabalhadores do interior para as Zonas Econômicas Especiais aumentou a desigualdade econômica entre as regiões costeiras e o interior, que não experimentou o mesmo crescimento.

No cenário político interno da China durante a década de 1980, a corrente reformista experimentou um enfraquecimento. O secretário-geral do partido, Zhao Ziyang, defensor dos manifestantes dos Protestos da Praça da Paz Celestial (uma série de protestos pedindo por mais liberdade cívica organizada por jovens em 1989), foi destituído de seus cargos e colocado em prisão domiciliar. Apesar da ascensão dos conservadores, Li Peng, representante desta posição, não obteve as posições mais altas, pois também foi alvo de críticas por sua inércia em conter as manifestações (Roberts, 2012). Nesse contexto, Jiang Zemin, então Secretário do Partido em Xangai, despontou como figura central no cenário político. Sua capacidade de apaziguar os protestos em Xangai (manifestações por direitos trabalhistas) de forma pacífica, aliada ao notável crescimento econômico da região, o credenciou para o cargo de Secretário-Geral do Partido. Jiang Zemin posteriormente assumiu a presidência da Comissão Militar do Partido e do Estado Chinês, além da presidência da

República Popular da China. Essa concentração de cargos se tornou característica dos líderes que o sucederam.

Durante a era Jiang, o cenário externo apresentou mudanças significativas para a China. As relações com os Estados Unidos foram marcadas por oscilações e pela crescente rivalidade. Desde o incidente de Tiananmen, quando o governo chinês usou força militar para suprimir protestos pró-democracia na Praça Tiananmen, resultando em mortes e detenções em massa, os EUA empreenderam uma ofensiva ideológica contra a China. O triunfalismo americano ao final da Guerra Fria, juntamente com a demonstração de poderio militar durante a Guerra do Golfo, incentivou a China a aumentar consistentemente seus gastos militares. De acordo com dados oficiais, na década de 1990, os gastos militares chineses cresceram em média 15,7% ao ano, em contraste com o aumento anual de 1,6% na década de 1980 (Liff; Erickson, 2013).

Os efeitos mais perceptíveis desse cenário foram a Terceira Crise do Estreito de Taiwan, ocorrida entre 1995 e 1996, e a reaproximação da China com a Rússia e a Ásia Central, culminando na criação dos Cinco de Xangai, que se refere ao incidente ocorrido em 5 de dezembro de 2000, quando cinco integrantes do Falun Gong se auto imolaram na Praça da Paz Celestial, em Pequim, numa tentativa de protesto contra a perseguição do governo chinês ao movimento espiritual (Huntington, 1997).

Por outro lado, o governo de Jiang Zemin também deixou como legado uma maior participação da China em organizações e iniciativas multilaterais. Um grande marco foi a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC). Na Ásia, também ocorreram acontecimentos significativos. A China gradualmente alterou sua abordagem de segurança regional, participando do Fórum Regional da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), uma organização regional

composta por dez países do sudeste asiático que visa promover a cooperação econômica, política, social e cultural entre seus membros, buscando paz, estabilidade e desenvolvimento na região e comprometendo-se com restrições ao uso da força nas disputas do Mar do Sul da China. O país também intensificou sua cooperação com a ASEAN, a Coreia do Sul e o Japão, resultando na criação do ASEAN+3 em 1997, na primeira reunião de líderes da China, Coreia do Sul e Japão em 1999, e na Iniciativa de Chiang Mai, assinada em 2000, que entrou em vigor em 2010 (Sharma, 2002; Damas, 2014).

A década de 1990 marcou um aumento exponencial do comércio externo chinês, que passou de 116,8 bilhões de dólares em 1990 para 474,3 bilhões de dólares em 2000 (Morrison, 2014). Apesar desse crescimento, o investimento das empresas chinesas no exterior ainda era baixo. Por volta do ano 2000, o governo incentivou as empresas do país a “saírem” e investirem fora da China. Em 2000, Jiang Zemin lançou sua contribuição para a orientação ideológica do Partido Comunista com o Pensamento das Três Representações. Segundo ele, o PCCh representava as forças produtivas avançadas, a cultura avançada e as massas. Essa doutrina reconhecia que a legitimidade do Partido Comunista como guia do povo chinês dependia de seu sucesso em garantir a ordem e a segurança da China, bem como promover o desenvolvimento econômico. A prova disso é que, por meio dessa obra, o partido reconciliou-se definitivamente com o empresariado, um setor anteriormente perseguido pela revolução comunista.

Em 2002, ocorreu o 16º Congresso do Partido Comunista Chinês, quando Hu Jintao e Wen Jiabao assumiram os principais cargos de liderança. Hu Jintao tornou-se Presidente da República, Secretário-Geral do Partido e Presidente das Comissões Militares do Estado e do Partido, enquanto Wen Jiabao assumiu

o cargo de Primeiro-Ministro. Ambos tinham origens na Liga da Juventude Comunista, e sua ascensão estava associada às suas conexões com figuras reformistas importantes dentro do Partido.

A China que Hu e Wen herdaram estava em rápida ascensão econômica, mas enfrentava sérios problemas decorrentes de seu modelo de desenvolvimento. Havia desigualdades sociais e regionais significativas, um aumento dramático nos fluxos migratórios para os grandes centros urbanos, envelhecimento populacional, questões ambientais como a poluição e crescente dependência de matérias-primas e recursos energéticos importados. Além disso, o crescimento da China e as críticas ao seu modelo político, social e econômico estimularam o surgimento de uma visão antichinesa no cenário internacional (Chan, 2010; Zhou, 2011). Durante a era Hu-Wen, as relações da China com o Sudeste Asiático prosperaram. Em 2003, a China assinou o Tratado de Amizade e Cooperação da ASEAN e, no mesmo ano, foi acordado o início da Área de Livre Comércio China-ASEAN, que começou a funcionar em 2010. As disputas territoriais no Mar do Sul da China, que ameaçam as relações entre a China e os países da ASEAN, só começaram a receber atenção constante da mídia a partir de 2010, quando os Estados Unidos declararam suas intenções sobre a questão.

Embora as relações entre China e Japão tenham se estremecido durante o governo de Koizumi (2001 a 2006), a economia japonesa se tornou cada vez mais interligada à chinesa. Tanto o comércio bilateral quanto os investimentos de empresas japonesas na China aumentaram significativamente. Ao final do governo Koizumi, seus sucessores se esforçaram para reaproximar-se da China. Em 2008, foi estabelecida a Cúpula Trilateral entre China, Coreia do Sul e Japão (Yang, 2015).

Quando o Partido Comunista Chinês realizou seu 18º Congresso em novembro de 2012, o ambiente interno estava bastante tenso e fragmentado. O ex-presidente Jiang Zemin, que havia se afastado da vida pública, retornou para participar do Congresso. O governo de Hu Jintao enfrentava forte resistência de setores do partido, das forças armadas e da população. A situação culminou em setembro de 2012, quando grandes protestos contra a compra das ilhas Diaoyu/Senkaku pelo governo japonês revelaram uma crítica subjacente à percebida fraqueza ou falta de coragem da liderança chinesa em confrontar os japoneses (Wee; Duncan, 2012).

As eleições subsequentes resultaram na ascensão de muitos protegidos de Jiang Zemin e dos chamados *princelings* (descendentes de líderes políticos e militares influentes na China, especialmente aqueles que alcançaram posições de poder e influência dentro do Partido Comunista Chinês), como o novo Presidente Xi Jinping. O Comitê Permanente do Politburo do PCCh, considerado o órgão político mais importante do país, teve seu número de membros reduzido de nove para sete, dos quais apenas um era ligado à Juventude Comunista – o novo premiê Li Keqiang (Li, 2013).

O novo governo assumiu em março de 2013. Diferente dos presidentes anteriores, Xi Jinping recebeu todos os cargos – incluindo as comissões militares do partido e do Estado – de uma só vez. Além disso, a influência dos antecessores sobre seu governo era menor, o que permitiu que as ações e atenções se concentrassem em Xi. Essa configuração não resultou apenas do enfraquecimento da Liga da Juventude Comunista, representada pelo governo de Hu Jintao e Wen Jiabao. É provável que a centralização de poder tivesse como objetivo minimizar disputas entre diferentes alas e tornar o partido mais coeso. A presença de Jiang Zemin no Congresso teve duas funções: garantir a eleição de seus protegidos e demonstrar a união do PCCh.

Em 2013, o presidente Xi Jinping lançou o “Sonho Chinês” como o lema de seu governo, focado em promover o rejuvenescimento e ressurgimento da China, assegurando desenvolvimento, fortalecimento das instituições e do estado de direito, além de oportunidades e melhoria da qualidade de vida (Xi, 2014). A partir do “Sonho Chinês”, construiu-se a imagem de Xi Jinping como um líder carismático, forte e honesto. A implacável política de combate à corrupção e sua postura firme como estadista contribuíram significativamente para essa imagem. Um dos pontos altos dessa estratégia foi o lançamento, em várias línguas, de um livro intitulado *A Governança da China*, composto por discursos de Xi Jinping entre 2012 e meados de 2014 (Xi, 2014).

Olhando para o que o governo de Xi Jinping fez da China na última década, podemos reafirmar nossa hipótese: a análise da Segunda Guerra Sino-Japonesa e seu impacto no desenvolvimento da China revela a complexidade e a profundidade das transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas no país desde então. O conflito, além de suas conse-

quências imediatas devastadoras, desempenhou um papel crucial na desestabilização do governo nacionalista chinês e no fortalecimento do PCCh. A guerra proporcionou ao PCCh a oportunidade de consolidar seu poder e construir uma base de apoio popular significativa, facilitando a eventual criação da República Popular da China em 1949.

As políticas econômicas adotadas pelo novo governo comunista, incluindo reformas agrárias e a industrialização acelerada, foram fundamentais para transformar a economia chinesa. Esses esforços, combinados com a centralização do poder político, permitiram ao país estabelecer as bases para um crescimento econômico sustentável e uma presença crescente no cenário internacional. A Segunda Guerra Sino-Japonesa, portanto, não apenas moldou o destino da China, mas também influenciou as dinâmicas geopolíticas da região Ásia-Pacífico. Compreender esses impactos é crucial para analisar as relações contemporâneas entre China e Japão e a posição da China no cenário global.

REFERÊNCIAS

- CHANG, Jung Mao. **A história desconhecida**; Tradução Pedro Maia Soares. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- COGGIOLA, Osvaldo. **Revolução Chinesa**. Disponível em: academia.edu. 1985.
- KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. 1ª edição. São Paulo: Editora Objetiva, 2011.
- MAGNO, Bruno. **Revolução Nacional e guerra prolongada na China : análise estratégica e operacional da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945)**. In: Lume, UFRGS. 2018.
- MITTER, Rana. **CHINA'S War with Japan - 1939-1945 – The Struggle for Survival**. Penguin Books. Disponível em: academia.edu. 2013.
- PAINE, S. M. C. **The Wars For Asia, 1911-1949**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- PEREIRA, Sérgio. **A Extraordinária História da China**. 1ª edição. São Paulo: Editora Universo dos Livros, 2013.
- POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa**. São Paulo : Unesp, 2013
- TOGO, K. **Japan's Foreign Policy, 1945-2003: The quest for a proactive policy**. Leiden: Brill, 2005.

TOGO, S. **The Cause of Japan**. New York: Simon and Schuster, 1956.

TUCHMAN, Barbara W. **A Marcha da Insensatez: De Tróia ao Vietnã**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

TUCHMAN, Barbara W. **Stilwell and the American Experience in China, 1911-45**. Nova Iorque: Bantam Books, 1972.

VAN DE VEN, H. **War and nationalism in China: 1925-1945**. Abingdon, UK: Taylor & Francis, 2003.

VAN DE VEN, H. **The Sino-Japanese War in History**. In: PEATTIE, M. R.; DREA, E. J.;

VAN DE VEN, H (ed.). **The Battle for China: Essays on the Military History of the SinoJapanese War of 1937-1945**. Stanford: Stanford University Press, 2011. p. 446-466.

WILSON, D. **When Tigers Fight**. New York: Penguin Books, 1983.

YANG, T. Jiang Jieshi and the Battles of Shanghai and Nanjing. In: PEATTIE, M. R.; DREA, E. J.; VAN DE VEN, H (ed.). **The Battle for China: Essays on the Military History of the Sino-Japanese War of 1937-1945**. Stanford: Stanford University Press, 2011. p. 143-158.